

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS ESCOLAS PRIVADAS E CONFESSIONAIS NO ESTADO DA BAHIA¹

Adriana Freire Pereira Férriz

Amanda Vanessa Leite Sousa

Bruna Pereira dos Santos Menezes

Bruna Pinto Andrade

Yasmin de Oliveira Matos Azevedo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho expõe os resultados da pesquisa intitulada *O trabalho do/da assistente social na educação privado-confessional no estado da Bahia*, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), grupo formado por discentes e docentes de graduação e pós-graduação, assistentes sociais e profissionais que atuam ou pesquisam sobre a Política de Educação e suas interações com o Serviço Social. Atualmente o GEPESSE funciona em um formato interinstitucional, sendo composto pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Franca (SP) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador (BA). A referida pesquisa contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB).

O objetivo principal da pesquisa foi analisar as configurações do trabalho dos(as) assistentes sociais que atuam na educação privado-confessional no estado da Bahia e os objetivos específicos foram traçar o perfil socioeconômico das(os) assistentes sociais que atuam na educação privado-confessional no estado da Bahia, conhecer a trajetória de formação e experiência profissional dos assistentes sociais que atuam na educação privado-confessional no estado da Bahia, identificar e problematizar as principais demandas postas ao trabalho profissional no interior dos diversos espaços sócio-ocupacionais vinculados à educação privado-con-

¹ DOI - 10.29388/978-65-81417-30-7-f.63-82

fissional e identificar e analisar as condições de trabalho dos profissionais que atuam nas escolas privadas e confessionais.

A metodologia utilizou dados qualitativos e quantitativos. Os dados quantitativos foram colhidos através do mapeamento realizado das escolas privadas/confessionais da Bahia que contam com o trabalho do Serviço Social, assim como o número de assistentes sociais encontradas nessa atuação, tal metodologia foi utilizada na fase inicial da pesquisa. Enquanto que os dados qualitativos foram explorados na segunda fase da pesquisa, ocorrida no primeiro semestre deste ano, na qual foi ofertado um curso de extensão para os (as) profissionais identificados (as) através da fase anterior, durante o curso foi exigido a realização de uma atividade norteada pelo roteiro de observação e descrição do processo de trabalho coletivo no qual se insere assistentes sociais, material elaborado pelo Professor Doutor Ney Luiz Teixeira de Almeida, mais especificamente, o Eixo: Trabalho profissional do assistente social que permite entender as configurações do trabalho do assistente social nas políticas públicas.

A estratégia utilizada para a análise dos dados foi a leitura e análise dos textos dos/das profissionais, possibilitando a compreensão da atuação desses (as) profissionais no âmbito privado/ confessionais, tendo como referencial os objetivos da pesquisa.

A realização da pesquisa foi permeada por dificuldades. A primeira delas foi em conseguir a relação sistematizada dos nomes e contatos das escolas privadas e confessionais no território baiano, buscamos em sites do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação do estado da Bahia, mas tivemos muito sucesso. Logo, realizamos um mapeamento de todas as escolas privadas e confessionais na Bahia, para isso limitamos a nossa pesquisa para 16 (dezesesseis) municípios baianos de médio/grande porte que contam com o *campus* dos institutos federal de educação, ciência e tecnologia do estado da Bahia, diante da impossibilidade de abranger os 417 (quatrocentos e dezessete) municípios presentes no estado, no período de apenas seis meses de pesquisa.

Outra grande dificuldade foi entrar em contato com as instituições de ensino, visto que, muitas estavam com número errado registrado na internet, não atendiam as ligações ou tinham grande resistência de prestar as informações necessárias para a pesquisa. O mapeamento foi realizado a partir dos dados fornecidos pelo site qedu.org.br, organizado

pela Fundação Lemann. A pesquisa de campo contou com a realização de um curso de extensão sobre a sistematização da experiência profissional ministrado pela professora Adriana Freire Pereira Férriz com a proposta de proporcionar que os/as assistentes sociais produzam conhecimento sobre o próprio trabalho. Inicialmente, estava previsto, no cronograma da pesquisa, um curso de extensão presencial, entretanto, devido às exigências sanitárias por causa da pandemia do novo Coronavírus, reorganizamos o curso no formato virtual. Após a realização do estudo acompanhamos a construção de textos elaborados pelas profissionais que participaram do curso.

Os textos elaborados pelas profissionais foram utilizados como suporte bibliográfico para a construção do relatório da pesquisa, através de análises e correções realizadas e farão parte desta coletânea.

O GEPESSE na Universidade Federal da Bahia (UFBA) vem nos últimos anos direcionando os estudos para o trabalho da/o assistente social na política de educação na cidade de Salvador, no estado da Bahia e da Paraíba. Nesse sentido, pretendemos contribuir com o fortalecimento dos estudos sobre o trabalho da/o assistente social na educação e de somar com os estudos sobre o tema que se desenvolvem em outros estados, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro sobre o trabalho da/o assistente social na educação. Outro aspecto que reforça a relevância da pesquisa reside no fato do levantamento dos municípios e instituições de atuação das/os assistentes sociais na política de educação poderá mobilizar e/ou pressionar para a aprovação de leis específicas nos municípios baianos para a inserção destes profissionais na política de educação. Bem como, pode fortalecer as lutas travadas pela categoria para a regulamentação da Lei n. 13.935/2019.

Sabe-se que a atuação dos assistentes sociais na política de educação não é algo novo, pelo contrário, remonta à década de 1930, década de surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, contudo, é somente a partir da década de 1990 que, “em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, o Serviço Social se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da educação” (CFESS, 2016, p. 05). Vale ressaltar que a atuação do assistente social na educação se dá em várias modalidades e tais modalidades são definidas de acordo com o público-alvo atendido pelos profissionais nas diversas instituições de educação. De acordo com o levantamento realizado em 2010/2011 pelo Grupo de Trabalho de Educação do CFESS

(2016) as modalidades de concentração de profissionais atuando na política de educação são as seguintes: educação infantil, ensino fundamental, educação especial, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação superior e educação indígena. Não foram identificados dados recentes sobre a distribuição de profissionais no Brasil por modalidade da educação, mas o documento citado (CFESS, 2016) aponta que a maioria dos profissionais que atuam na educação no Brasil está vinculada à modalidade do ensino fundamental.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PRIVADO-CONFESSIONAL

O debate sobre a política de educação tem sido objeto de discussões significativas no cenário nacional e internacional, especificamente no que tange a esfera pública e privada. Nesse aspecto a Constituição Federal de 1988 em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394/1996) explicita o princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, além de pontuar as questões de transferências de recursos.

Nesse sentido, a LDB de 1996 também está em consonância com o que é estabelecido na Constituição Federal de 1988, no que se refere ao público e privado, reiterando esse princípio de coexistência entre essas instituições de ensino (art. 3º, V). O art. 19 da LDB de 1996 trata também da classificação das instituições de ensino, sendo as públicas, mantidas e administradas pelo Poder Público e, as privadas, mantidas ou administradas por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Nesse sentido, a LDB de 1996 afirma como um “projeto não realizado nos marcos da tipicidade de uma revolução burguesa que não a alçou à condição de direito universal de cidadania, precariamente subordinada e dependente, elitista e formalista, instrumental e autoritária” (ALMEIDA, 2018, p. 6).

A mercantilização da educação favorece a crescente exclusão social e a evasão escolar, efetivando e perpetuando os princípios do neoliberalismo, gerando uma relação entre desiguais. De acordo com Martins (2012), a trajetória da Política de Educação brasileira, apesar de ter sido defendida desde o início do século XX, sua efetivação sempre esteve marcada pelo signo da exclusão. Dessa forma, entende-se que uma vez

definida pelos requisitos do mercado, a educação adquire caráter escolarizado, técnico e funcional, atendendo sempre as ideias do consumo que se desvincula da formação imaterial dos seus consumidores.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2012) afirma que defender a educação antes de tudo trata-se de “uma tarefa histórica protagonizada por sujeitos políticos que compõem uma classe e precisam forjar processos de autoconsciência a partir da ação política, que produzam uma contra hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social”, caracterizando que o caráter desta não deve limitar-se aos muros escolarizados que o estilo de vida burguês-capitalista apresenta. Ao expressar a defesa de um modelo educacional que rompa com a conduta meramente técnica e formal, o CFESS reafirma seu compromisso com a emancipação humana, uma vez que a educação presente como uma das dimensões materiais da vida social, é fundamental percebermos que “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

A sociedade brasileira ainda conta com percentuais consideráveis de pessoas não alfabetizadas no país. O estado da Bahia ultrapassa a média nacional no quesito analfabetismo, além de ocupar o posto de o pior ensino médio do país e uma das médias mais baixas na qualidade do ensino no Nordeste, segundo o Ranking de Competitividade dos estados em 2019. Ademais, o desmonte da política de educação no estado e a mercantilização do ensino influenciam drasticamente no índice de abandono escolar, considerado o segundo pior do país, vindo a afetar na queda do número de matrículas no ensino público no estado.

Esse panorama sinuoso na política de educação da Bahia acaba seguindo o ciclo do capital-mercadoria, precarizando em um ritmo constante a possibilidade de construção histórica de uma educação emancipadora, como pontua Mézáros (2002, p. 45).

Nesta perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule

as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica de nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais” (MÉSZÁROS, 2005, p.25). Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida.

Assim sendo, é considerando as lutas travadas pela educação que integramos este como um espaço indissociável a atuação dos profissionais em Serviço Social. Visto que o objeto de estudo dessa profissão são as expressões da questão social, a ilustração dessa realidade na política de educação deve ser tratada como um espaço onde os problemas sociais também são materializados (LOPES; ANDRADE; CONCEIÇÃO, 2007).

De acordo com Gonçalves (2009), a educação está associada à profissão desde a sua gênese, na década de 1930, ainda que timidamente, já se encontrava assistentes sociais inseridas na educação básica. A autora afirma:

Era competência do Serviço Social atuar nas relações sociais no que se refere à sociabilidade das famílias com baixa renda e cuidados relacionados à moral, buscando adequá-los aos padrões comportamentais vinculados aos valores dominantes (GONÇALVES, 2009, p. 72).

Entretanto, apenas a partir da década de 1990 que a discussão sobre a relevância desse profissional inserido na política de educação ganhou maior espaço dentro da categoria profissional.

Um dos espaços de atuação profissional na educação básica são as escolas privadas/confessionais. Os profissionais de serviço social que ocupam esses espaços são amparados pela Lei da Filantropia, sancionada em 27 de novembro de 2009 (Lei n. 12.101/09) e desenvolvem nos colégios, predominantemente, o processo de concessão de bolsas de estudos para alunos em vulnerabilidade social.

Sancionada em 2009 e atualizada em 2019 na PEC da Reforma da Previdência, a Lei n. 12.101/09 pressupõe ações e benefícios do ponto de vista fiscal, entendendo dessa forma, que, instituições de ensino que

ofereçam anualmente bolsas de estudos integrais e/ou parciais à comunidade, serão contempladas com o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBES), possuindo como principais vantagens o parcelamento de dívidas referentes a tributos federais, isenção de contribuições sociais como Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e contribuição social sobre o lucro líquido, além de prioridade em acordos com os poderes legislativo, executivo e judiciário.

A implantação e configuração legislativa da Lei da Filantropia é inteiramente avaliada pelo Ministério da Educação, que com base nas orientações e critérios do Plano Nacional de Educação (PNE) garante nas escolas privadas e confessionais corretamente certificadas a cessão anual de bolsas de estudos integrais segundo o cálculo que propõe o número de uma bolsa para cada cinco alunos pagantes, contudo, é com a livre iniciativa privada que o Estado se ausenta cada vez mais das suas funções constitucionais em fornecer educação pública e gratuita como os entraves históricos do país apresentam na sua realidade conjuntural, como já citado.

De acordo com Oliveira (2018), o ensino privado na educação básica brasileira passa pelas escolas confessionais, principalmente católica, considerando todo o contexto histórico da presença da Igreja Católica na educação básica brasileira. A Constituição Federal de 1988 garante a liberdade de ensino à iniciativa privada, desde que cumpra as normas gerais da educação nacional e tenha autorização qualitativa pelo poder público. Ocorre a transferência de recursos públicos ao ensino privado apenas para as instituições com certificação e sem fins lucrativos, como: as escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, as quais se isentam de alguns impostos em troca da concessão de bolsas de estudo para ensino fundamental e médio. Por isso, referente à esfera privada da educação básica, a maior presença de assistentes sociais se encontram nas escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas, sendo pouco expressivo o número de profissionais nas escolas de caráter exclusivamente privado, com fins lucrativos.

Nesse sentido, ao se referir aos aspectos da realidade, reconhece-se a importância da atuação profissional tecnicamente capacitado dos Assistentes Sociais para atuar neste processo. A lei de regulamentação profissional (Lei n. 8.662/1993) traz:

Art. 4º: Constituem competências do Assistente Social: [...] XI – Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefício e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993, p. 1).

Portanto, as escolas privadas/confessionais demandam de assistentes sociais por compreender a necessidade de um profissional habilitado para o estudo/avaliação socioeconômica de alunos que solicitam bolsas de estudos, além de entrevistas sociais e visitas domiciliares. Apesar da atividade profissional predominante ser a concessão da bolsa de estudos, as demandas e atividades profissionais não se restringem a elas. Gonçalves (2009) ao estudar sobre a atuação profissional de assistentes sociais na rede de ensino Marista Centro-Sul identificou atuações em conjunto com as famílias, acompanhamento dos alunos bolsistas e demais alunos inadimplentes quanto às mensalidades escolares, atendimento e acompanhamento de alunos com faltas constantes ou problemas de desempenho escolar, organização junto com a equipe pedagógica de projetos escolares, além de trabalhar também com os funcionários das escolas; quanto aos seus direitos previdenciários, acesso às demais políticas públicas e etc.

Sobre essa constatação Gasparina e Cardoso (2017, p. 10) destacam que “situações e demandas sociais que emergem na instituição escolar, vão além do campo pedagógico, e requerem destes profissionais a apropriação e conhecimento para que de fato, seja realizada uma intervenção de maneira ética e qualificada”.

Entretanto, tais atividades foram levantadas através do estudo de Gonçalves (2009) com um recorte específico, não indicam, necessariamente, a realidade de todas as escolas privadas/confessionais no Brasil e a atuação profissional nesses espaços. A pesquisa aqui apresentada se dedicou em compreender a atuação e inserção dos/das assistentes sociais nas escolas privadas/confessionais no estado da Bahia, e os resultados quantitativos e qualitativos serão expostos abaixo.

RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa se organizou em duas etapas: 1. Mapeamento das escolas/colégios privadas e confessionais existentes no estado da Bahia e do quantitativo de profissionais do Serviço Social que atuam em escolas/

colégios privadas e confessionais; 2. Realização de um curso de extensão que contou com dois momentos: a) a aplicação de um questionário do google form para traçar o perfil socioeconômico e de formação acadêmica das cursistas; b) apresentação e discussão de um roteiro de sistematização da experiência profissional que serviu como orientador para a elaboração de textos sobre o trabalho profissional pelos próprios assistentes sociais.

O mapeamento das escolas/colégios privado-confessionais foi realizado a partir do site **qedu.org.br**, organizado pela Fundação Lemann, o qual fornece informações sobre as escolas privadas e confessionais por município, especificamente, as escolas que estão cadastradas no programa de bolsas Educa Mais Brasil. Dessa forma, não foi possível mapear a totalidade das escolas privadas/confessionais do território baiano, já que nem todas estão cadastradas no site.

O estado da Bahia é composto por 417 (quatrocentos e dezessete) municípios e diante de um número tão alto tornou-se impossível alcançar todas as escolas no período de realização da pesquisa. Por isso, adotamos como estratégia metodológica a definição de uma amostra composta pelos municípios que possuem *campi* dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia no estado, ou seja, um total de 35 (trinta e cinco) municípios e, ainda dentro destes, selecionamos os municípios de médio/grande porte com mais de 100 (cem) mil habitantes. Os critérios definidos para a seleção da amostra nos levaram ao total de 16 (dezesseis) municípios.

Nesse sentido, a pesquisa identificou através do mapeamento feito no site do **QEdu.org.br** um total de 1.633 (mil seiscentas e trinta três) escolas privadas/confessionais na cidade de Salvador e em outros 15 (quinze) municípios do interior da Bahia, a saber, Alagoinhas, Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Simões Filho, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista.

Na fase posterior foi estabelecido contato com as referidas escolas para averiguação acerca da presença do profissional do Serviço Social nas mesmas. Com isso, foi possível identificar 53 (cinquenta e três) escolas privado-confessionais que contam com o assistente social em suas equipes pedagógicas, sendo a grande maioria com apenas um profissional por escola somando um total de 55 (cinquenta e cinco) profissionais, conforme detalhado na tabela 1.

TABELA 1: ESCOLAS PRIVADAS/CONFESSIONAIS COM ASSISTENTES SOCIAIS NO ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	Nº
Alagoinhas	Colégio Santíssimo Sacramento; Colégio Renovação	2
Camaçari	Colégio Nossa Senhora da Conceição; Escola Soma	2
Eunápolis	Colégio Adventista de Eunápolis	1
Feira de Santana	Colégio Padre Ovídio; Colégio Peixoto; Escola SESC; Centro Educacional Pró Infância	4
Ilhéus	Colégio Adventista de Ilhéus; Colégio Nossa Senhora da Piedade; Colégio Santa Bárbara	3
Jequié	Colégio Adventista de Jequié	1
Juazeiro	Colégio Adventista de Juazeiro	1
Paulo Afonso	Colégio Sete de Setembro	1
Salvador	Colégio Adventista Pedro II Colégio Nossa Senhora da Soledade; Colégio Novo Educar; Colégio Sacramentinas; Colégio Salesiano - Salesiano Dom Bosco; Colégio São Bento; Colégio São José; Colégio São Luís Escola Aprendendo com Jesus; Colégio Yolanda Rocha; Colégio Adventista de Praia Grande; Colégio Adventista de São Caetano; Colégio Antônio Vieira; Colégio Batista Brasileiro; Colégio Franciscano Santa Clara; Colégio Marista de Patamares; Colégio Nossa Senhora da Assunção; Colégio Nossa Senhora da Conceição; Colégio Nossa Senhora da Luz; Colégio Nossa Senhora das Mercês; Colégio Nossa Senhora do Resgate; Colégio Nossa Senhora da Salette; Centro Educacional Anacely; Centro Educacional Sonho Encantado; Centro Educacional Vitória Regia; Centro Educacional Luz do Saber; Colégio 2 de Julho; Colégio Adventista[1]; Escola Aquarius; Escola Beneficente Resgatando Para Cristo; Escola Creche Mãe Clara; Escola Djalma Pessoa Sesi; Escola Experimental; Gurilândia; Educandário Aurelina Batista; Escola Allan Kardec	36
Santo Antônio de Jesus	Colégio Santo Antônio de Jesus	1
Teixeira de Freitas	Instituto Francisco de Assis	1
Vitória da Conquista	Colégio Adventista Conquistense; Colégio Nossa Senhora de Fátima	2
TOTAL		55

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

A fase da pesquisa de campo estava prevista inicialmente para ocorrer mediante a realização de um curso de extensão presencial intitulado “Curso de sistematização do trabalho profissional do/da assistente social que atua na educação básica privado-confessional”, previsto para acontecer no mês de maio de 2020. O distanciamento social imposto pela Organização Mundial de Saúde devido a Pandemia da COVID-19 no

mundo, nos levou a redirecionar a coleta de dados para a realização do mesmo curso na modalidade virtual.

Para tanto, foi estabelecido contato com as profissionais do Serviço Social que atuam na educação básica privado-confessional no estado da Bahia, identificadas na fase anterior da pesquisa que fez o mapeamento das escolas/colégios privado-confessionais e o quantitativo de assistentes sociais por escolas/colégios.

O convite para a participação no curso de extensão foi feito por e-mail aos profissionais do Serviço Social das escolas/colégios privado-confessionais do estado da Bahia. O curso foi aberto também para a participação de estudantes de Serviço Social com vinculação com a área da educação e para assistentes sociais que trabalham áreas afins da educação. Ao todo, o curso contou com 22 (vinte e dois) participantes. Entretanto, a análise da pesquisa se limitou ao conjunto de textos elaborados pelos assistentes sociais que atuam diretamente em escolas/colégios privadas/confessionais.

O curso de extensão ocorreu nos dias 21 e 22 de maio de 2020 e 05 de junho de 2020 através da Plataforma Web Conferência disponibilizada pela Universidade Federal da Bahia, ministrado pela professora doutora Adriana Freire Pereira Férriz, coordenadora da pesquisa.

Ao final do curso de sistematização do trabalho profissional obtivemos as produções textuais escritas pelas sete assistentes sociais que têm ou tiveram experiências de trabalho em escolas privadas/confessionais. Os textos revelaram as atividades desenvolvidas pelas profissionais nas escolas/colégios que atuam, as demandas postas ao trabalho e as suas condições de trabalho, além das formas de resistência e das relações interinstitucionais.

As assistentes sociais foram identificadas com um numeral para resguardá-las eticamente, a saber, Assistente Social 1, Assistente Social 2, Assistente Social 3, Assistente Social 4, Assistente Social 5, Assistente Social 6 e Assistente Social 7.

As atividades desenvolvidas pelo profissional do Serviço Social nas escolas privadas/confessionais são: elaboração e organização de projetos sociais, estudo socioeconômico para a concessão de bolsas de estudo, entrevista social, parecer social, supervisão de estágio em Serviço Social, perícias sociais, laudos sociais e visitas técnicas, com a finalidade de viabilizar o direito dos usuários à educação. Contudo, no espaço

sócio-ocupacional da educação básica privado-confessional, a principal atividade privativa do serviço social relatada pelas assistentes sociais é a avaliação socioeconômica para a concessão de bolsas de estudo, onde elas são chamadas a conduzir as entrevistas sociais e o estudo socioeconômico da família do aluno que está pleiteando a bolsa.

De acordo com a Lei n. 12.868 de 2013, que altera a (Lei n. 2.101/2009) – conhecida como Lei da Filantropia –, as escolas que fazem parte da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) na área da Educação têm a obrigatoriedade de a cada nove alunos pagantes, fornecer uma bolsa de estudos integral para aqueles que se enquadram no perfil social de bolsista e devem ser oferecidas bolsas parciais de 50% quando necessário completar o número mínimo exigido de alunos bolsistas. A assistente social 2 destaca outras atividades desenvolvidas pelo assistente social na educação privado-confessional, conforme detalhado a seguir:

[...] Elaboração do edital, reunião anual com os pais dos alunos bolsistas, acompanhamento de notas e frequências dos alunos bolsistas, atendimento junto à equipe pedagógica em casos de evasão escolar e baixo rendimento, envio de frequência dos alunos bolsistas para o Bolsa Família, relatório quantitativo mensal para a contabilidade, atendimento a comunidade externa referente aos critérios de adesão da bolsa, atendimento de funcionário para auxílio a garantia de direitos trabalhista e benefícios, elaboração de projetos para alunos de escola pública a ter acesso à bolsa de estudo (ASSISTENTE SOCIAL 6).

A fala acima revela que o trabalho do assistente social na educação privado-confessional se divide em dois grandes pólos: 1. atendimento às demandas das famílias para concessão de bolsas de estudos e acompanhamento social dos estudantes bolsistas no que se refere à frequência e evasão escolar; e, 2. atendimento aos funcionários da escola no suporte ao acesso dos direitos trabalhistas e benefícios. Dessa forma, o primeiro elemento destacado se aproxima muito à principal demanda posta ao assistente social na educação básica pública, o monitoramento da frequência escolar dos alunos.

Ficou evidenciado nos textos de todas as assistentes sociais que a avaliação socioeconômica assume uma centralidade no trabalho do assistente social nas escolas privado-confessionais e na maioria das vezes,

termina sendo a única atividade desenvolvida pelo profissional na instituição, conforme aparece no relato a seguir.

[...] Minha atividade é fazer entrevista com as famílias oriundas de baixa renda para a concessão do benefício da assistência educacional, ou seja, bolsas de 50% ou 100%. Esse atendimento, o fluxo maior é no final do ano, onde eu começo a rotina de revisão dos formulários, envio de cartas para as famílias com os agendamentos da família e os atendimentos, então eu começo geralmente em outubro, eu fico outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, março também eu ainda fico com uma demanda muito boa, abril a gente fecha o período de concessão de bolsas e eu começo a focar no trabalho do relatório do CEBAS, que ultimamente essa demanda não era minha, a escola pagava para um consultor de Minas Gerais, onde tinha uma profissional na casa que poderia fazer, eu só precisava de um treinamento extra e eu faria, a escola nunca investiu em capacitação para mim, para o profissional de serviço social, eu tive que aprender a fazer esse relatório do CEBAS sozinha. [...] (ASSISTENTE SOCIAL 5).

O trabalho de assistentes sociais nas escolas privado-confessionais se organiza na perspectiva de trabalho coletivo, ou seja, há nas escolas uma equipe multiprofissional (aparece na fala de alguns assistentes sociais a expressão equipe pedagógica) composta por “[...] professores, psicólogas, psicopedagogas, assistentes sociais, coordenadores de ensino e setores administrativos de suporte à realização e publicização das atividades educacionais” (ASSISTENTE SOCIAL 5).

Dessa forma, o trabalho do Assistente Social nessas instituições ainda se encontra muito atrelado a trabalhos burocráticos e o olhar da comunidade escolar está voltado para ações assistencialistas, ou seja, o profissional do Serviço Social faz parte da equipe pedagógica da escola, mas nem sempre há uma compreensão por parte da equipe sobre o verdadeiro papel do Serviço Social na instituição, como destaca a assistente social 6.

Para, além disso, nos deparamos com a equipe pedagógica, onde em sua maioria, desconhece o nosso trabalho e nos acionam para lidar com questões que não fazem parte da nossa atuação profissional (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Neste sentido, as exigências burocráticas das instituições reforçam uma postura em que o Serviço Social nestas escolas se destina unica-

mente à avaliação socioeconômica para a concessão de bolsas de estudo. Esta visão equivocada do trabalho do assistente social termina gerando uma desinformação a respeito das atividades que são realizadas por este profissional. Assim, muitas assistentes sociais são chamadas a atuar em atividades que não fazem parte das suas atribuições e competências profissionais, por exemplo: organizar um chá de fraldas para um funcionário da instituição que se encontra com dificuldades financeiras.

Em relação às condições materiais de trabalho, as profissionais relataram que a maioria das escolas oferece uma boa estrutura física para trabalhar: uma sala privada para que se possa fazer a escuta qualificada e garantir o sigilo profissional.

[...] As condições são propícias para o exercício profissional. O expediente ocorre de forma alternada nos turnos matutino e vespertino, de forma a contemplar: atendimentos, visitas, avaliação e planejamento das ações, reuniões e atividades do calendário escolar. Considerando a dinâmica do cotidiano escolar, a rotina por ser flexibilizada e/ou reorganizada. Caso haja necessidade de hora extra, estas são contabilizadas em Banco de Horas para compensação em folga (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Entretanto, é visível uma certa desvalorização do trabalho dos assistentes sociais que atuam nas escolas privado-confessionais, principalmente, no que se refere à questão salarial e à formação permanente dos profissionais.

[...] depois de um bom tempo eu pedi aumento salarial, porque meu salário já não tinha aumento a mais de 10 anos e eles disseram que a instituição não tinha como aumentar, então eles reduziram minha carga horária para 16 horas. Então, eu só estou 2 dias na semana lá, a minha modalidade de contratação é CLT, carteira assinada [...] eu só precisava de um treinamento extra e eu faria, a escola nunca investiu em capacitação para mim, para o profissional de serviço social, eu tive que aprender a fazer esse relatório do CEBAS sozinha [...] (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Segundo Iamamoto (2005), o assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho, dispondo de uma relativa autonomia. Visto isso, as assistentes sociais relataram que depen-

dem dos recursos liberados pela instituição para atuar e também dependem da articulação com as redes, pois, é por meio dessas que elas conseguem exercer ações que combatem expressões da Questão Social.

As profissionais destacaram também a atuação voltada à relação interinstitucional, a exemplo do que ocorre quando precisam acionar o Ministério Público ou o Conselho Tutelar para defender o direito de alguma criança esteja sofrendo abuso ou maus tratos.

Além disso, a maioria das assistentes sociais disse que traça formas de resistência contra os limites institucionais impostos, seja tentando se fazendo presente nas reuniões escolares, atualizando o formulário do perfil socioeconômico anualmente para que os usuários não percam benefícios, propondo projetos de intervenção que busquem a emancipação dos sujeitos e também a sua ampliação de visão de mundo, como são os projetos que falam sobre raça, gênero, etnia, direitos humanos etc. Mesmo com os limites impostos pelo ambiente de trabalho, a maioria das assistentes sociais consegue estabelecer um diálogo com a instituição. Entretanto, com base no seguinte relato, podemos perceber que uma das assistentes sociais não consegue se quer participar das reuniões escolares:

[...] Eu atuo sozinha, não sou convidada nem se quer para as reuniões, eu que volta e meia me ofereço, mas acho até que no texto de Ney Teixeira, já faz um tempo que eu li, que ele dizia assim: não tem como o profissional querer, se a instituição não permitir, não criar o espaço, não participar, não colocar para a gente também participar. Então, não adianta só eu querer participar, a instituição precisa também entender que eu sou um profissional que faz parte da gestão e que eu preciso estar nos momentos de reuniões, no momento das discussões pedagógicas, discussão dos projetos, até para criação das atividades de gincana eu me ofereci e não me chamam [...] (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Apesar de todos os desafios postos ao trabalho dos profissionais, percebemos, a partir de seus relatos, que o seu trabalho nas escolas privado-profissionais é essencial, pois, para além da garantia dos direitos dos usuários, as profissionais auxiliam na gestão escolar e também entendem que se não fosse pelo trabalho delas, as instituições vinculadas ao Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), não teriam acesso aos benefícios que são viabilizados pela Lei da Filantropia, a qual que exige que tenha um profissional de serviço social para fazer os

estudos socioeconômicos.

As profissionais do serviço social das escolas privado-confessionais apontam resultados positivos do trabalho desenvolvido, conforme apresentado no fragmento seguinte:

Diante da atuação do Serviço Social na referida instituição é possível relatar que temos resultados positivos, através da anamnese social realizada na admissão dos alunos, conseguimos filtrar alunos e famílias que necessitam de uma atenção mais aprofundada, assim como conseguimos acompanhar mais de perto os alunos que possuem necessidades especiais, com esses, mantemos contato direto com a família e profissionais que o assistem em outras instituições e ao final do semestre ou ano letivo, percebemos a grande evolução (ASSISTENTE SOCIAL 6).

Nesse sentido, destacamos que o trabalho de assistentes sociais nesse campo específico da educação básica privado-confessional ainda não recebe a valorização necessária pelas instituições de ensino e está limitado à análise socioeconômica para a concessão de bolsas de estudo. Ou seja, muito do que se pode aproveitar do trabalho dessas assistentes sociais não é explorado, sendo bem marcante o fato que em sua grande maioria só existe uma assistente social para atender todas as demandas da instituição, demonstrando assim, que não se tem um investimento no setor de serviço social, para ampliar a atuação das assistentes sociais nas escolas privado-confessionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciou-se o projeto de pesquisa sobre o trabalho dos(as) assistentes sociais que atuam na educação básica privada e privado-confessional no estado da Bahia, tinha-se indagações de que eles(as) estavam trabalhando em condições desfavoráveis. Dessa forma, foi possível constatar por meio da pesquisa, que o labor dos(as) assistentes sociais na educação básica privada e privado-confessional têm realmente empecilhos e dificuldades, visto que, as instituições não valorizam devidamente o trabalho do assistente social e tem uma visão muito limitante do que o trabalhador de serviço social pode fazer, por vezes, subjugando as suas tarefas à apenas questões burocráticas ou então, demandando funções que não são de sua atribuição profissional, demonstrando assim, que exis-

te pouca atenção dada sobre qual a importância do serviço social para gestão escolar e também, que existe a falta de informação sobre o que o(a) assistente social faz.

Diante disso, a partir de tudo que foi exposto anteriormente em relação ao objetivo geral e os objetivos específicos, podemos perceber que a pesquisa cumpriu com seu questionamento central, em relação à análise das configurações atuais do trabalho dos(as) assistentes sociais que atuam na educação básica privado-confessional no estado da Bahia e também debruçou-se sobre os objetivos específicos, visto que, buscou entender o perfil socioeconômico desses profissionais e também sobre a problematização e identificação das suas condições de trabalho.

Ademais, podemos entender que a pesquisa atende o que foi proposto, porém, também surgiram novas demandas a serem sanadas. Principalmente, no que tange sobre os aspectos do trabalho do(a) assistente social, que muitas vezes é sucateado, devido às altas cobranças impostas no ambiente de trabalho e que dadas às poucas condições materiais para exercer sua profissão, o(a) assistente social se vê sobrecarregado e muitas vezes, não podendo nem investir na sua formação continuada, tanto por conta próprio, pois, às vezes lhe faltam recursos financeiros ou tempo, tanto por parte da instituição que não investe na sua formação continuada.

Além disso, diante da metodologia utilizada, que foi a pesquisa qualitativa e de campo, a qual favoreceu a encontrar resultados, mesmo com os empecilhos encontrados, pois existiram dificuldades para descobrir a quantidades de escolas privadas e privado-confessionais que existem no estado na Bahia e que tinham o profissional de serviço social no quadro de funcionários, fora a dificuldade em estabelecer um diálogo com essas instituições e também por conta da pandemia do Covid-19, que restringiu as experiências que seriam feitas presencialmente por interações feitas de forma virtual. Contudo, isso não impediu a busca dos resultados almejados para pesquisa. Ademais, ainda tinham demandas para além do tempo estipulado da pesquisa, pois, por meio da oficina de análise do trabalho profissional e da proposta feita pela professora Adriana Férriz, surgiu a ideia de que as assistentes sociais escrevessem de forma conjunta para uma coletânea, na qual constariam os artigos escritos por elas e que refletissem as suas condições de trabalho. Isso, além de incentivar as profissionais a continuarem investindo na sua formação, também é uma maneira de dar visibilidade para essa área de atuação do serviço social.

Dessa forma, a orientação foi que as bolsistas e voluntárias continuassem acompanhando as atividades por meio de um grupo de um aplicativo *on-line*, as etapas de confecção da coletânea e também foi dada a tarefa de que escrevessem um artigo para compor essa coletânea. Por fim, recomenda-se que as pessoas que têm interesse pela área da educação básica privada e privado-confessional, aproveitem ao máximo de tempo possível para planejar as etapas da pesquisa e ter um plano diferente, caso a primeira opção não seja viável, pois, as adversidades podem surgir a qualquer hora, sendo necessário se reinventar para poder alcançar os objetivos da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. Educação pública e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.63, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Acesso em: 06 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 8.662/93, de 7 de junho de 1993. **Lei de Regulamentação Profissional**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Acesso em: 06 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da educação**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Acesso em: 06 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.101, 27 de novembro de 2009. **Lei da Filantropia**. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os processos de isenção de contribuições para a seguridade social, 2009. Acesso em: 06 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014 CAZAVECHIA, W. R. A Mercantilização da Educação no Brasil nos anos 1990. Paraná, 2016. Acesso em: 06 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Brochura **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHU->

RACFESS_POL-EDUCACAOPERMANENTE.pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.

FUNDAÇÃO LEMANN E MERITT. **QEdu.org.br**, 2020. Plataforma online de dados na área da educação. Disponível em: www.qedu.org.br. Acesso em: 11 jul. 2020.

GASPARINA, L. S. CARDOSO, V. B. **Serviço Social na Política de Educação: Inserção do Assistente Social nas Escolas**. 2017.

GONÇALVES, A. B. **A prática cotidiana do assistente social na escola privada**. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, A. C. ANDRADE, D. L. De. CONCEIÇÃO, M. M. L. Da. **Serviço Social na área da educação**. Maranhão, 2007.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania** [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. A política de educação brasileira: uma leitura sob a óptica do serviço social.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.